

Prefácio para a Segunda Edição

Passados 12 anos da publicação do livro *Saúde dos Povos Indígenas. Reflexões sobre antropologia participativa*, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) nos propicia a oportunidade de republicá-lo. Decidido isto, cabe a obrigatória reflexão sobre o que permanece atual e o que pode ter sido superado pela ação do tempo e pela fluidez da vida e dos processos de mudança institucional que se sucederam entre a primeira edição e o momento atual.

Ao reler os capítulos para prefaciar a nova edição uma coisa salta aos olhos: o mundo mudou, os modos de vida indígena vêm mudando vertiginosamente, a atuação de estudantes em formação, pesquisadores de saúde, antropologia e muitos outros campos de conhecimento também se redimensionou. Paralelamente o número de profissionais de saúde atuando nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas cresceu exponencialmente no mesmo período. Terão os temas e abordagens tratados na obra submergido a este torvelinho de mudanças?

Um olhar retrospectivo sobre os capítulos publicados em 2004 sugere uma outra ordem possível de organizar os capítulos: a) aqueles voltados para o estudo das características e limites do subsistema de saúde indígena, problematizando e analisando criticamente os sentidos do que foi chamado de “atenção diferenciada” pela política nacional de saúde indígena, tema que assume nuances distintas – e muito mais precisas e complexas – no conceito de intermedialidade trazido por Follér, num dos capítulos mais citados deste livro. (neste tema incluiremos Langdon, Buchillet, Silveira, Follér, e Cardoso; b) os capítulos que explicitam experiências de um fazer antropológico processual, em diálogo e aliança com povos indígenas, engajando-se índios e antropólogos, individualmente ou em equipes, na busca de acessar, ou garantir, os direitos indígenas de cidadania junto às instituições da sociedade nacional brasileira (Oliveira, Ferreira, Diehl e Rech, e Garnelo et al.); c) capítulos interessados em problematizar o alargamento do campo de trabalho do antropólogo em contextos contemporâneos, analisando – como densamente o fez João Pacheco de Oliveira Filho – seu caráter simultâneo de texto, comunicação, reflexão teórica e processo prático pactuado entre as delimitações almejadas pelo pesquisador e as finalidades dos indígenas, seja na defesa de direitos, seja no controle político dos dados gerados pela pesquisa (também Athias e Pellegrini). Neste grupo os autores evidenciam um perfil multifacetado do trabalho do antropólogo, que muito se distingue da clássica auto imagem que o campo disciplinar da antropologia construiu para si próprio.

Esta outra relação possível entre os capítulos não é para estabelecer uma tipologia, mas sim efetuar um redirecionamento de um outro olhar possível, buscando avaliar o que eles podem continuar a nos dizer ou o que podem trazer de novidades que mal podíamos divisar há 12 anos atrás.

No que diz respeito a dita atenção diferenciada, ou seja, à capacidade do subsistema de saúde de organizar-se de modo a atender às necessidades, singularidades e especificidades dos povos indígenas para quem trabalham, as preocupações apontadas em 2004 – um momento ainda inicial de implantação da política nacional de saúde indígena – mostraram que o que era temor ou indício de inadequação confirmou-se, em 2016, como prática plena. No que diz respeito às formas de organização e características do cuidado ofertados pelos

DSEI os anos passados mostraram que suas práticas permanecem biomédicas, curativas, centradas na demanda espontânea e incapazes de reconhecer ou dialogar com os saberes próprios do mundo indígena que seriam essenciais para um exercício de simetria produtiva na produção do cuidado à saúde.

As recorrentes denúncias de entidades indígenas, ao lado de estudos das mais diversas ordens produzido no florescente campo da saúde indígena, continuam apontado insuficiências, inadequações e limites de diversas ordens do indigenismo sanitário - e de seus diversos agentes - vigente no Brasil. Ambas iniciativas reafirmam de forma vigorosa, que as análises contidas nessa obra continuam atuais e necessárias, dado que a provisão de serviços não sofreu as necessárias inflexões que poderiam torna-lo mais próximo a um modelo de atenção culturalmente sensível.

Perguntas como as feitas por Antônio Carlos de Souza Lima na apresentação da primeira edição (*“Que lógicas presidem a vida indígena e as instituições públicas? O que fazer diante de tarefas práticas? Como dialogar com outros profissionais de modo aberto às formas específicas de cada forma de conhecimento operar?”*) e que os autores se esforçaram para responder em cada capítulo, continuam ressoando e cobrando respostas no momento atual das lutas indígenas.

Neste cenário, o engajamento antropológico que pauta as diversas experiências de antropologia participativa, hoje realizadas também com a participação de um crescente número de antropólogos indígenas, bem como de como profissionais indígenas que atuam nos DSEI, permanece mais necessário que nunca.

No âmbito da saúde indígena, pela primeira vez na sua história, as limitações que cercam a atuação de seus serviços não são de ordem financeira, já que o subsistema de saúde indígena conta atualmente, segundo as informações de fontes governamentais, com um orçamento da ordem de 1 bilhão de reais. Apesar dessa magnitude de recursos, não se constata melhoria equivalente nos níveis de saúde e nem na satisfação da população indígena atendida, o que é atestado pelas inúmeras cartas denúncias e protestos das mais diversas ordens produzidos por suas entidades.

As sucessivas mudanças dos órgãos responsáveis pela atenção à saúde indígena , (FUNASA, SESAI, INSI, etc.) evidenciaram mais uma dança de cadeiras do que produtos palpáveis que permitissem diferenciar os modos de atuar de tais órgãos. Caminhamos portanto no rumo oposto: ao invés de atenção diferenciada a trilha seguida pelo subsistema remete mais a uma “atenção indiferenciada”, seja para indiferenciação entre os agentes oficiais que a conduzem, seja pela indiferença às necessidades e reclames dos índios.

É um cenário que exige, mais que nunca, a atuação de uma antropologia participativa, para que se possa ampliar apoio informado às mobilizações da etnopolítica, buscando superar os direitos “de papel” e alcançar sua plena efetivação nas terras indígenas.

Luiza Garnelo e Esther Jean Langdon
Manaus e Florianópolis
novembro de 2016